

A história das entidades públicas e privadas e seu caráter híbrido na atualidade

The history of public and private entities and their hybrid nature today

Fábio Rodrigues de Jesus

Instituto de Educação Superior de Brasília, Brasília/Distrito Federal, Brasil
<https://orcid.org/0009-0006-6370-2677>
fabio.jesus@iesb.edu.br

Prof. Dr. José Rossini Campos do Couto Correa

Instituto de Educação Superior de Brasília, Brasília/Distrito Federal, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9574-9764>
contato@rossinicorrea.com.br



Artigo está licenciado sob forma de uma licença



Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International Public License (CC BY-NC-ND 4.0)

Resumo Este artigo explora a relação histórica entre entidades públicas e privadas no Brasil, destacando a interação e o caráter híbrido dessas instituições na atualidade. Através de uma análise histórica

desde o período colonial até o cenário contemporâneo, são discutidas as influências mútuas entre o setor público e o privado e como essa relação moldou o desenvolvimento econômico e social do país.

Palavras-chave: Entidades públicas. Setor privado. Caráter híbrido. Relações institucionais. Brasil.

Summary This article explores the historical relationship between public and private entities in Brazil, highlighting the interaction and hybrid nature of these institutions today. Through a historical analysis from the colonial period to the contemporary scenario, the mutual influences between the public and private sectors are discussed and how this relationship shaped the country's economic and social development.

Keywords: Public entities. Private sector. Hybrid character. Institutional relations. Brazil

1. Introdução

As fronteiras entre o público e o privado, historicamente móveis no Brasil, têm se revelado cada vez mais fluidas e complexas na atualidade

. A relação entre entidades públicas e privadas, inicialmente marcada pela imprecisão institucional desde o período colonial, evoluiu em meio a processos políticos, econômicos e culturais que culminaram em uma configuração híbrida do aparato estatal e social. Tal hibridez manifesta-se em práticas como terceirizações, parcerias público-privadas, organizações sociais e entidades paraestatais, desafiando os limites tradicionais entre a esfera estatal e os interesses privados.

Este artigo propõe-se a examinar, sob uma perspectiva histórico-analítica, o desenvolvimento das relações entre o setor público e o privado no Brasil, com especial atenção ao modo como essa interação moldou as instituições e influenciou a formação do Estado brasileiro. A abordagem adota como fio condutor o conceito de "caráter híbrido", entendido como a interpenetração entre funções estatais e instrumentos privados na execução de políticas públicas e serviços essenciais.

O estudo justifica-se pela crescente relevância do tema frente ao contexto contemporâneo, em que a cooperação entre Estado e iniciativa privada assume papel central na execução de políticas públicas. Ao mesmo tempo, essa relação suscita preocupações quanto à transparência, à responsabilidade pública, à equidade no acesso a serviços e à efetividade das políticas implementadas. Tais dilemas impõem a necessidade de repensar os paradigmas administrativos vigentes, especialmente à luz de contribuições críticas, como as de Alberto Guerreiro Ramos, Rubem César Fernandes e Paulo Freire, que desafiam a visão meramente tecnocrática das organizações e propõem uma leitura mais humanista e sociocêntrica da gestão pública.

A metodologia adotada é qualitativa e de natureza bibliográfica, com ênfase na análise histórica e doutrinária. São examinados marcos históricos desde o Brasil Colônia

até a contemporaneidade, articulando os acontecimentos com a evolução do pensamento jurídico, organizacional e político-social. O texto também explora o legado das reformas institucionais, como o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), e suas implicações para a redefinição das funções do Estado e da sociedade civil organizada.

Ao final, pretende-se contribuir para a compreensão crítica do caráter híbrido das entidades públicas e privadas no Brasil e oferecer elementos para um debate mais profundo sobre os limites, desafios e possibilidades dessa configuração institucional na promoção de uma ordem social democrática, equitativa e sustentável.

2. Origens Históricas e Primeiras Relações

2.1. *O Período Colonial (1500-1822)*

A relação entre entidades públicas e privadas no Brasil remonta ao próprio processo de formação do Estado brasileiro. Desde a colonização portuguesa, o desenvolvimento das instituições públicas e privadas tem sido marcado por uma constante interação, colaboração e, por vezes, uma sobreposição de funções, resultando no que se observa hoje como um caráter híbrido presentes em muitas dessas entidades.

No período colonial (1500-1822), a distinção entre o público e o privado era difusa, ou seja, a fronteira entre o público e o privado não era clara ou bem definida, sendo muitas vezes misturada ou confusa. As responsabilidades, poderes e interesses das esferas pública (governo, Estado) e privada (indivíduos, propriedades pessoais) se entrelaçavam, dificultando a separação nítida entre o que pertencia ao domínio estatal e o que pertencia ao indivíduo ou às famílias.

A colonização portuguesa estabeleceu um regime de concessão de terras (sesmarias), onde o setor privado, constituído principalmente por fazendeiros e comerciantes, tinha papel fundamental na sustentação da economia, mas sob um forte controle do Estado português. O sistema de capitanias hereditárias, por exemplo,

delegava poderes administrativos, militares e econômicos a particulares, evidenciando desde o início a dependência mútua entre os poderes públicos e privados.

A colonização inicial foi marcada por um sistema de exploração, com a escravidão indígena e, posteriormente, a africana, sustentando a economia baseada em monoculturas, como a cana-de-açúcar¹. O domínio português deixou profundas heranças no Brasil, como a imposição cultural e religiosa, a centralização política e a dependência econômica em relação ao exterior.

1.1. O Período Imperial (1822-1889) - Criação das Instituições formais de Estado com forte presença de interesses privados

Essa interação persistiu no período imperial (1822-1889), com a criação de instituições formais para regular a economia e a sociedade, ainda sob forte influência dos interesses privados. As grandes fazendas e engenhos, por exemplo, dependiam da legislação estatal e das redes privadas de comércio. Em muitos casos, o setor privado assumia funções que caberiam ao Estado, como a gestão de escravos e o controle da produção agrícola.

A formalização das instituições públicas e privadas manteve as hierarquias sociais moldadas pela colonização e sustentadas pelo trabalho escravo, herança que ainda reverbera na sociedade brasileira. O regime escravocrata bloqueou o desenvolvimento de uma economia interna mais igualitária, mantendo o país submisso às elites europeias e perpetuando desigualdades que persistem até hoje.

A independência de 1822, liderada por D. Pedro I, representou uma transição elitista que preservou as estruturas econômicas e sociais do período colonial. O Império buscou centralizar o poder e controlar as tensões regionais, ao mesmo tempo em que manteve a escravidão até quase o fim do século XIX.

Esse breve panorama histórico do nosso país revela as raízes do pensamento e da compreensão sobre as relações de poder nas instituições públicas e privadas.

¹ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala*. 48. ed. São Paulo: Global Editora, 2004

2. Entidades Públicas e Privadas na República

2.1. *Consolidação do Estado Republicano (1889-1930)*

Com a Proclamação da República em 1889, o Brasil iniciou a consolidação de um Estado mais autônomo e organizado. No entanto, a relação entre o público e o privado continuou permeada por interesses oligárquicos, especialmente durante a República Velha (1889-1930). A economia, ainda baseada no agronegócio, era controlada por grandes fazendeiros, que influenciavam fortemente as políticas públicas por meio do pacto conhecido como "política do café com leite". As elites dominavam as instituições públicas, transitando entre o setor privado (Schwarcz; Starling, 2015) e o público para manter seus interesses.

2.2. *Influências de Líderes Republicanos*

O primeiro presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, centralizou o poder no Executivo, enfrentando a oposição das oligarquias regionais, como os cafeicultores paulistas, que já exerciam grande influência sobre a economia. Seu governo buscou consolidar o Estado, lidando com a crescente pressão dos interesses privados regionais.

O sucessor de Deodoro, Floriano Peixoto, governou de forma autoritária, reprimindo revoltas e reforçando o poder federal. Seu governo incentivou a industrialização e a maior intervenção estatal na economia, apesar da resistência regional.

Como ministro da Fazenda, Rui Barbosa, implementou políticas de incentivo à industrialização e ao setor privado por meio do "encilhamento". No entanto, sua política financeira desordenada gerou especulação e crise, evidenciando o desafio de equilibrar as demandas privadas com a regulação estatal.

O primeiro presidente civil, Prudente de Moraes, pacificou o país após conflitos internos e afastou o poder militar das instituições civis. Seu governo criou um ambiente

favorável para o desenvolvimento da agricultura e das atividades privadas, assegurando a estabilidade das instituições públicas.

Já o presidente Campos Sales, que governou entre 1898 e 1902, descentralizou o poder e concedeu maior autonomia às oligarquias regionais, fortalecendo o setor agrícola, especialmente o cafeeiro. Seu governo foi marcado pela consolidação de São Paulo e Minas Gerais como polos econômicos e políticos.

2.3. *República e a Exclusão Popular*

Embora a Proclamação da República tenha trazido mudanças formais ao sistema político, a estrutura de poder permaneceu concentrada nas mãos de poucos. A transição republicana foi superficial no que se refere à inclusão das camadas populares no processo político. As revoltas camponesas e urbanas, como a Guerra de Canudos e a Revolta da Chibata, revelavam a exclusão social e a fragilidade do pacto republicano.

O Brasil continuava majoritariamente rural e distante das potências industrializadas, refletindo as limitações do modelo oligárquico. As oligarquias agrárias, especialmente ligadas à produção de café, controlavam a política e a economia, bloqueando reformas que pudessem modernizar o país ou atender às demandas sociais. Assim, a República, embora nova em sua forma, manteve muitos dos problemas sociais e econômicos do período imperial.

2.4. *A Era Vargas e o Caráter Híbrido das Instituições (1930-1945)*

Com o governo de Getúlio Vargas, o caráter híbrido das instituições se intensificou. O Estado passou a desempenhar um papel mais intervencionista na economia, implementando uma série de reformas trabalhistas e econômicas. Apesar de reforçar o papel estatal, Vargas também contou com a colaboração de grandes setores privados, criando estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Petrobras, que dependiam de parcerias com o capital privado para sua consolidação.

2.5. O Regime Militar e a Consolidação Empresarial (1964-1985)

Durante o regime militar, houve repressão violenta contra os opositores e censura à imprensa, enquanto se intensificava a desigualdade social. Apesar do "milagre econômico", que favoreceu as elites, a transição para a democracia foi lenta e marcada por lutas populares. Esse período consolidou uma elite empresarial ligada ao Estado, que aproveitou as relações contratuais para fortalecer seus negócios por meio de serviços prestados ao governo.

2.6. O Caráter Híbrido nas Relações Público-Privadas

O caráter híbrido do SESI pode ser conceituado como uma configuração institucional que, embora regida pelo direito privado, exerce funções típicas do Estado, especialmente na promoção de direitos sociais como educação, saúde e segurança do trabalho. Essa natureza dual manifesta-se na combinação entre a autonomia administrativa e a contratação celetista, de um lado, e a submissão ao controle finalístico do Tribunal de Contas da União, de outro, revelando um modelo paraestatal que atua em nome do interesse público sem integrar formalmente a Administração Pública.

Esse hibridismo é qualificado por uma lógica de governança dialógica, nos moldes propostos por Irene Nohara (2024), na qual se valoriza a interação contínua entre o SESI, o Estado e a sociedade civil na formulação e execução de políticas. A adoção de mecanismos como o Regulamento para Contratação e Alienação (RCA), voltado à transparência, integridade e participação, evidencia o compromisso da entidade com os princípios da administração pública. Assim, o SESI encarna um modelo de gestão colaborativa que harmoniza a flexibilidade do setor privado com os deveres públicos de responsabilidade social e constitucionalidade.

Nesse contexto, a relação entre o público e o privado assumiu um caráter organizacional, com a defesa de que práticas privadas poderiam garantir uma prestação de serviços públicos mais eficiente e moderna. A execução de determinados serviços

públicos pela iniciativa privada passou a ser vista como uma forma de otimizar recursos e melhorar a qualidade dos serviços oferecidos à população.

3. Perspectivas Filosóficas e Literárias sobre a Relação entre Público e Privado

3.1. *Influência do Positivismo e Liberalismo*

O pensamento positivista exerceu uma forte influência durante a República Velha, enquanto o liberalismo econômico sustentava a ordem oligárquica, caracterizada pela concentração de poder político e econômico em uma pequena elite. Nesse contexto, pensadores como Tobias Barreto² desempenharam um papel pioneiro ao adaptar as correntes de pensamento europeias à realidade brasileira, buscando moldar uma identidade intelectual mais adequada aos desafios do país.

O Positivismo justificava a centralização do poder, enquanto o Liberalismo fundamentava uma economia de exclusão social. O pensamento filosófico brasileiro, nesse período, estava intimamente ligado às elites, sem questionar as bases sociais e econômicas vigentes.

3.2. *Críticas à Identidade Brasileira*

Os autores Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda abordaram, sob perspectivas distintas, a formação histórica e cultural do Brasil. Freyre destacou o processo de miscigenação como elemento central da identidade nacional, enquanto Holanda introduziu a noção do “homem cordial”, refletindo sobre a influência das relações pessoais na estrutura social e política brasileira. Embora ambos tenham contribuído significativamente para a reflexão sobre a identidade nacional, a obra *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Freyre, passou a ser criticada por romantizar as relações entre senhores e escravizados, ocultando as violências estruturais do sistema escravocrata. Seu texto é frequentemente apontado como um marco na construção do chamado “mito da democracia racial”, ao sugerir uma suposta harmonia racial no país que não encontra respaldo na realidade histórica e social do pós-abolição.

² BARRETO, Tobias. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1926

O mito da democracia racial é uma construção ideológica que sustenta a falsa ideia de que o Brasil teria superado as tensões raciais por meio da miscigenação e da convivência harmônica entre brancos, negros e indígenas. Essa narrativa, popularizada por Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala*, foi usada para ocultar as persistentes desigualdades sociais e raciais herdadas da escravidão. A partir da segunda metade do século XX, esse discurso passou a ser criticado por autores como Florestan Fernandes, que demonstrou como a abolição não incluiu efetivamente os negros na sociedade de classes, e por Abdias do Nascimento, que denunciou o genocídio físico e simbólico da população negra no Brasil.

Lélia Gonzalez e Silvio Almeida aprofundaram essas críticas ao evidenciar os impactos do racismo sobre as mulheres negras e ao demonstrar o caráter estrutural do racismo nas instituições brasileiras. A superação do mito da democracia racial passa pelo reconhecimento das desigualdades raciais históricas e contemporâneas e pela valorização da produção intelectual e política dos movimentos negros, que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária.

3.3. Educação Crítica e Libertação

Em contraponto ao modelo positivista, Paulo Freire desenvolveu uma pedagogia centrada na educação crítica e na libertação dos oprimidos. Sua abordagem transformadora propõe a educação como um ato político, oferecendo uma ferramenta poderosa para repensar as estruturas educacionais. No entanto, o impacto prático de suas ideias ainda enfrenta resistências, especialmente por desafiar a organização dos poderes públicos e privados.

3.4.A Literatura Barroca e Arcadista

A literatura barroca e arcadista no Brasil, cada uma com suas particularidades, refletiu de maneiras diferentes as instituições públicas e privadas da época.

Literatura Barroca (Século XVII)

O Barroco brasileiro emergiu em um contexto de colonização e forte influência da Igreja Católica, refletindo as tensões entre o poder espiritual e o temporal. Esse estilo literário frequentemente lidava com dilemas morais, a dualidade entre corpo e alma e a luta entre pecado e virtude. As obras barrocas refletiam o poder da Igreja sobre as instituições públicas, celebrando temas religiosos e a fé católica, sem críticas diretas ao sistema governamental.

A moralidade cristã impregnava o Barroco, e as relações privadas eram influenciadas pelos valores da Igreja. Muitas vezes, a literatura barroca usava metáforas e simbolismos para abordar questões de moralidade, riqueza e poder, sem uma crítica aberta às instituições privadas, que em muitos casos eram controladas pela elite econômica e religiosa.

Literatura Arcadista (Século XVIII)

O Arcadismo surge em contraste com o Barroco, influenciado pelo Iluminismo europeu e pelas ideias de racionalidade e simplicidade. No Brasil, esse movimento coincide com o início das atividades mineradoras e a formação de uma elite intelectual que começa a questionar o status quo colonial.

A literatura arcadista, com seu foco na simplicidade e na imitação da natureza, não se engajava diretamente em críticas explícitas às instituições públicas. Contudo, sua exaltação de uma vida simples e bucólica pode ser interpretada como uma forma de oposição ao luxo e à ostentação das elites. Poetas como Tomás Antônio Gonzaga, em "Marília de Dirceu", faziam alusões indiretas a questões políticas e sociais, com sutis críticas às autoridades coloniais e à exploração econômica.

Embora o Arcadismo fosse menos explícito em termos de crítica social, ele representava um distanciamento do controle da Igreja e das rígidas normas morais barrocas. Os poetas exaltavam a vida privada como um espaço de simplicidade e felicidade, idealizando o campo e criticando a vida urbana associada à elite e à corrupção.

Em síntese, a literatura barroca e arcadista não fazia críticas frontais às instituições públicas e privadas, mas refletia os contextos históricos e culturais de suas épocas. Enquanto o Barroco se alinhava com a Igreja e as estruturas de poder coloniais, o Arcadismo começava a apresentar uma visão mais racional e, em certos casos, leve crítica do poder, especialmente nas camadas intelectuais emergentes.

3.5. *Transições Literárias e Críticas Sociais*

Com a ascensão do Realismo e do Naturalismo, autores como Machado de Assis e Aluísio Azevedo passaram a criticar abertamente a hipocrisia da sociedade e as estruturas de poder. Machado de Assis (1994), com sua ironia e profundo entendimento das relações humanas, desconstruiu o mito da cordialidade brasileira, expondo a crueldade das elites e a superficialidade das instituições. O Naturalismo, por sua vez, revelou os problemas das classes marginalizadas, mas muitas vezes de forma determinista, sem oferecer soluções.

3.6. *O Modernismo e a Nova Visão de Brasilidade*

O Modernismo, especialmente com a Semana de Arte Moderna de 1922, trouxe uma ruptura com as tradições passadas, propondo uma nova visão de brasilidade. Mário de Andrade e Oswald de Andrade romperam com as convenções europeias e promoveram um engajamento com a cultura popular e indígena.

Entretanto, é importante ressaltar que, embora o Modernismo valorizasse as culturas locais, muitas vezes apresentava uma visão superficial ou romantizada dessas culturas. A proposta da "antropofagia" cultural, desenvolvida por Oswald de Andrade, foi um marco fundamental desse movimento. Essa ideia propunha a assimilação crítica de influências estrangeiras, reinterpretando-as e transformando-as em algo genuinamente brasileiro. Contudo, essa prática ficou, em grande parte, restrita à elite intelectual, sem alcançar as camadas populares de forma significativa.

3.7. *Reflexões sobre esse período*

Esse período revela o quanto o Brasil passou por diversas transições políticas, muitas delas superficiais. Desde o Império, passando pela República Velha até as ditaduras militares, as elites mantiveram o controle sobre as estruturas de poder, frequentemente ignorando as demandas populares. O país tem enfrentado dificuldades históricas para consolidar um sistema democrático verdadeiro, com a política sendo constantemente dominada por elites que preservam o status quo.

Mesmo após a redemocratização, as instituições continuam a refletir as contradições de uma sociedade profundamente desigual, com avanços e retrocessos no campo dos direitos sociais. Nesse contexto, o pensamento filosófico positivista e liberal serviu para fortalecer e legitimar esse modelo de organização pública e privada, beneficiando um grupo restrito de privilegiados. Essa estrutura comprometeu a relação entre o público e o privado, dificultando o desenvolvimento de instituições públicas capazes de promover políticas igualitárias e equitativas para todos.

4. Resignificação do caráter híbrido das instituições público/privado

4.1. Contribuições de Alberto Guerreiro Ramos e Rubem César Fernandes

O autor Alberto Guerreiro Ramos, em sua obra “A Nova Ciência das Organizações”, publicada em 1981 (Ramos, 1981), e Rubem César Fernandes, autor de “Privado, porém Público: o Terceiro Setor na América Latina”, lançada em 1984, destacam a importância das relações entre os setores público e privado. Ambos oferecem uma perspectiva valorativa sobre as instituições sem fins lucrativos criadas tanto pelo Estado quanto por iniciativa privada, com o objetivo de complementar ou substituir o papel do Estado em suas ações. Além disso, enfatizam a necessidade de compreender essas instituições de maneira ampla e humanista, levando em consideração o contexto social em que estão inseridas.

4.2. A Nova Ciência das Organizações

A Nova Ciência das Organizações (1981), de Alberto Guerreiro Ramos, é uma obra inovadora que questiona os pressupostos da teoria organizacional tradicional,

baseada em modelos ocidentais dominados pelo economicismo e pela racionalidade instrumental. O autor propõe uma abordagem alternativa para o estudo das organizações, enfatizando a importância de uma compreensão mais ampla e humanista da sociedade e das instituições.

O autor critica a racionalidade instrumental, que predomina nas teorias organizacionais tradicionais e as práticas empresariais. Ele argumenta que essa visão reducionista trata as organizações como meros instrumentos de eficiência e maximização de resultados, negligenciando os aspectos sociais, culturais e éticos da vida humana. Essa abordagem, segundo Ramos, é inadequada para lidar com a complexidade e a pluralidade das organizações em suas dimensões humanas e sociais.

4.3. Paradigma Sociocêntrico

Como contraponto à racionalidade instrumental, Ramos propõe um paradigma sociocêntrico, que coloca o social no centro das preocupações organizacionais. Esse paradigma sugere que as organizações devem ser compreendidas como sistemas inseridos em contextos sociais e culturais mais amplos. Desta forma, as organizações não existem apenas para gerar lucro ou eficiência, mas também para contribuir com o desenvolvimento humano e o bem-estar social.

Guerreiro Ramos introduz a ideia de que as teorias organizacionais tradicionais se baseiam em uma visão limitada do "homo economicus", que retrata o ser humano como movido unicamente por interesses econômicos e materiais. Ele contrapõe esse modelo com o conceito do "homem parentético", uma visão mais ampla e complexa do ser humano, que leva em consideração as várias esferas da vida social, cultural, ética e espiritual. Segundo Ramos, as organizações devem levar conta essa complexidade humana para serem verdadeiramente eficazes e justas.

4.4. *Teoria da Delimitação Social e Pluralismo Organizacional*

Outro ponto-chave do livro é a teoria da delimitação social, na qual Ramos defende que as organizações devem operar dentro de limites éticos e sociais claros, garantindo que sua atuação esteja alinhada com o bem comum. Ele propõe que as organizações devem ser entendidas como entidades sociais sujeitas a um processo contínuo de reavaliação de sua legitimidade social, a fim de evitar a alienação dos indivíduos e a fragmentação da vida social.

Além disso, Ramos apresenta e defende o pluralismo organizacional, afirmando que não há um único tipo de organização ou modelo adequado para todas as situações. Ele sugere a ideia de uma sociedade pluralista, onde diferentes tipos de organizações – econômicas, sociais, culturais, educacionais – coexistam e se complementem, criando um ambiente mais saudável e equilibrado para o desenvolvimento humano.

4.5. *Críticas à Gestão Organizacional Contemporânea*

A abordagem inovadora de Ramos desafia a hegemonia da racionalidade instrumental que permeia a gestão organizacional contemporânea. Ao introduzir o conceito de "homem parentético", ele amplia a visão do ser humano nas organizações, oferecendo uma alternativa ao modelo economicista dominante. Sua crítica é especialmente pertinente em contextos em que o foco excessivo na eficiência e lucro resulta na desumanização dos ambientes de trabalho e à alienação dos trabalhadores.

No campo das ciências sociais, a obra é extremamente relevante, pois introduz uma dimensão ética e humanista na análise organizacional. Ao conectar as organizações ao contexto social e cultural mais amplo, ele enfatiza a importância de uma ciência das organizações que não esteja desvinculada das questões fundamentais do bem-estar humano. Sua proposta de pluralismo organizacional contrasta com o modelo único de gestão corporativa, promovido pelo capitalismo globalizado.

4.6. *Desafios de Aplicação Prática*

Apesar de sua abordagem inovadora, uma das limitações da obra é a dificuldade de aplicação prática no contexto organizacional atual. Ramos propõe uma mudança de paradigma que exige uma transformação profunda não apenas das organizações, mas também das estruturas sociais e econômicas em que elas operam. Essa mudança, embora desejável, é difícil de ser implementada em ambientes onde a lógica do mercado e a competição capitalista predominam. Contudo, suas ideias oferecem uma base sólida para gestores que buscam integrar ética e responsabilidade social em suas práticas.

4.7. *Limites da Delimitação Social*

O conceito de delimitação social é uma das contribuições mais significativas de Guerreiro Ramos, sugerindo que as organizações devem operar dentro de limites éticos claros, em oposição ao modelo tradicional de crescimento ilimitado e maximização de lucros. Esse conceito tem implicações importantes para a governança corporativa moderna, especialmente em questões de sustentabilidade e responsabilidade social.

4.8. *Importância do Contexto Social*

Outra contribuição importante da obra é o reconhecimento da importância do contexto social na estrutura e funcionamento das organizações. Diferente de muitas teorias organizacionais universais, Ramos reconhece que as organizações são profundamente influenciadas pelos ambientes socioculturais em que estão inseridas. Isso faz de sua obra uma contribuição valiosa para contextos como o Brasil e a América Latina, onde o desenvolvimento organizacional precisa ser pensado de forma mais integrada às questões sociais e culturais.

4.9. *Relevância da Obra*

Por fim, é uma obra fundamental para quem busca uma visão mais humanista e crítica das organizações. Seu questionamento da racionalidade instrumental e sua ênfase na importância do contexto social e cultural oferecem uma nova perspectiva para

o estudo e prática das organizações. Apesar das dificuldades de aplicação prática de suas ideias em um sistema capitalista globalizado, sua obra continua relevante, principalmente em debates sobre responsabilidade social corporativa, governança ética e o papel das organizações no desenvolvimento humano.

4.10. O Terceiro Setor na América Latina

O livro "Privado porém Público: O Terceiro Setor na América Latina", de Rubem César Fernandes (1994), explora o conceito do terceiro setor na América Latina, com foco nas suas características híbridas, atuando em uma interseção entre o público e o privado. Fernandes investiga como esse setor, composto principalmente por organizações não governamentais (ONGs) e entidades sem fins lucrativos, desempenha funções públicas importantes, muitas vezes complementando ou substituindo o Estado em áreas como educação, saúde, cultura e direitos sociais.

Para o autor, o terceiro setor é um o conjunto de organizações que não pertencem ao governo (primeiro setor) nem ao mercado privado lucrativo (segundo setor), mas que desempenham papel fundamental na promoção de bens públicos, agindo em prol da sociedade. Fernandes destaca que a evolução do terceiro setor na América Latina, marcada por crises econômicas e políticas nos anos 1980 e 1990, juntamente com à redução do papel do Estado, abriu espaço para que ONGs e outras entidades preenchessem lacunas deixadas pelos serviços públicos. Com isso, essas organizações ganharam relevância social e política em vários países da região.

4.11. Desafios e Dependência do Terceiro Setor

Apesar dos aspectos inovadores e da valorização do terceiro setor, que se manifesta em mudanças de paradigmas, a relação entre o terceiro setor, o Estado e o mercado é complexa. Muitas dessas organizações, ao receber financiamento público ou privado, conseguem preservar uma certa autonomia na implementação de projetos e iniciativas que, em diversas ocasiões, contestam ou complementam as ações estatais.

Entretanto, é importante observar que muitas organizações do terceiro setor também enfrentam uma dependência financeira e institucional significativa, especialmente em relação a doações e contratos governamentais. Essa dependência pode comprometer a capacidade de ação e a autonomia das organizações, tornando-as vulneráveis a influências externas que podem desvirtuar suas missões originais.

4.12. O Papel do Terceiro Setor na Sociedade

Assim, o desafio reside em equilibrar a autonomia e a sustentabilidade financeira dessas instituições, permitindo que elas cumpram seu papel social sem se tornarem excessivamente dependentes de fontes de financiamento externas. O terceiro setor é uma ferramenta para a sociedade e para o Estado, atuando como uma arena importante para a promoção da cidadania ativa. Essas organizações criam espaços onde os cidadãos podem se envolver em questões de interesse público, fortalecendo a sociedade civil e as práticas democráticas, particularmente em contextos em que o Estado é fraco ou ausente.

4.13. Avanços e Dificuldades do Terceiro Setor

Apesar dos avanços, o terceiro setor também tem enfrentado dificuldades com a falta de recursos, a dependência de financiamento externo, questões de legitimidade e transparência, além dos desafios em estabelecer parcerias eficazes com o governo e o setor privado.

Fernandes ressalta que o terceiro setor, embora privado, atua como um ente público devido à sua missão de promover o bem-estar social e atender a necessidades que, em muitos casos, o Estado não consegue satisfazer. Finaliza sugerindo o fortalecimento do terceiro setor para a construção de sociedades mais justas e democráticas na América Latina.

4.14. Limites e Desafios do Terceiro Setor

A questão central envolve os limites do terceiro setor na execução de políticas públicas e como as instituições governamentais podem manter sua responsabilidade constitucional na promoção da justiça, equidade e igualdade. É fundamental compreender até que ponto as organizações do terceiro setor, mesmo operando sem fins lucrativos, podem atuar sem desvirtuar o interesse público e a gestão do bem comum.

Também é essencial investigar como evitar que grupos dominantes ou influentes se apropriem do terceiro setor para perpetuar seus próprios interesses, influenciando políticas públicas em benefício próprio. Esse cenário levanta questões cruciais sobre transparência, prestação de contas e governança dentro dessas organizações.

Para que o terceiro setor cumpra seu papel social, é essencial garantir mecanismos adequados de supervisão e regulação, além de um diálogo constante entre o Estado e a sociedade civil. Isso exige maior inclusão e diversidade nas decisões sobre financiamento e implementação de projetos. Assim, as ações do terceiro setor podem ser direcionadas ao bem-estar coletivo, evitando servir a interesses particulares, e assegurando que o Estado promova justiça e equidade para todo

5. Reforma do Aparelho do Estado

5.1. Evolução das Relações Público-Privadas

Ao longo do tempo, as relações entre os setores público e privado no Brasil passaram de um domínio econômico oligárquico para instrumentos essenciais à sociedade e ao Estado. Em 1995, a Reforma do Aparelho do Estado foi instituída por meio de um Plano Diretor, com o objetivo de aprimorar parcerias, convênios e contratos de gestão com o terceiro setor, reconhecendo sua importância na promoção do bem-estar social e no fortalecimento das políticas públicas.

5.2. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado

Elaborado por Luiz Carlos Bresser-Pereira em 1995, o Plano Diretor³, visava modernizar o Estado Brasileiro, tornando-o mais eficiente e orientado à prestação de serviços públicos de qualidade. Inspirado no modelo de administração gerencial, o plano criticava a rigidez e ineficiência do modelo burocrático tradicional, propondo uma gestão pública focada em resultados, descentralização e autonomia administrativa

5.3. Princípios e Objetivos

O Plano Diretor estabeleceu como pilares a eficiência, autonomia, descentralização e qualidade no atendimento ao cidadão. Ele dividiu as funções do Estado em quatro setores principais: núcleo estratégico, atividades exclusivas, serviços não-exclusivos e produção de bens e serviços para o mercado, promovendo a privatização de setores competitivos e a criação das Organizações Sociais (OSs) para serviços públicos não-exclusivos, como saúde e educação.

5.4. Implementação e Resultados

A reforma visou transferir responsabilidades públicas para o terceiro setor e a iniciativa privada, concentrando o Estado em áreas essenciais como saúde, educação, assistência social e regulação econômica. Um dos pontos mais inovadores foi a criação das OSs, permitindo uma gestão mais flexível e eficiente. O Plano também incentivou a privatização de empresas estatais e a criação de agências reguladoras para garantir a qualidade dos serviços privatizados.

5.5. Críticas e Desafios

Embora a reforma tenha trazido avanços, como a modernização da administração pública e a descentralização de serviços, também gerou críticas substanciais. Um dos principais problemas foi a dependência excessiva do terceiro setor, o que comprometeu a autonomia e a qualidade dos serviços públicos. Além disso, a

³ BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Presidência da República, 1995

reforma foi acusada de priorizar a lógica de mercado em detrimento da justiça social, favorecendo interesses privados em vez do bem-estar coletivo.

5.6. *Impactos na Governança Pública*

A transferência de responsabilidades para o terceiro setor sem uma estruturação adequada gerou desafios, como a dependência financeira das ONGs em relação ao Estado e a falta de transparência nas parcerias público-privadas. Isso levantou preocupações sobre a accountability e o risco de que grupos dominantes usassem o terceiro setor para seus próprios interesses, desviando o foco do bem comum.

Olhando para esse plano, e para a realidade dessa relação, pontuamos os seguintes aspectos:

- **Modernização da Administração Pública:** O Plano foi um passo para a modernização da gestão pública no Brasil, inserindo conceitos de eficiência, resultados e meritocracia, que até então eram limitados na administração pública.
- **Descentralização:** A ideia de descentralização dos serviços públicos, ao envolver organizações não estatais, foi outro ponto para permitir que certas funções públicas fossem gerenciadas de forma mais flexível.
- **Privatizações:** As privatizações, permitiram ao Estado se concentrar em suas funções principais, enquanto setores competitivos foram transferidos para o mercado.
- **Dependência do Setor Privado:** Embora a criação das Organizações Sociais tenha sido inovadora, houve críticas sobre a excessiva terceirização de funções públicas, o que gerou preocupações com a transparência, controle e a qualidade dos serviços oferecidos.
- **Desigualdades Regionais:** A descentralização, em alguns casos, acentuou desigualdades regionais, pois estados e municípios mais pobres não tinham a

mesma capacidade administrativa e financeira para gerir os serviços públicos de forma eficiente.

- **Persistência de Problemas Burocráticos:** Mesmo com os avanços da reforma, muitas das promessas, como a plena implementação de uma administração gerencial, não foram totalmente alcançadas, e a burocracia e ineficiência ainda persistem em diversas áreas do setor público brasileiro.

5.7. *Impactos na Autonomia do Estado*

A dependência das organizações do terceiro setor pode comprometer a autonomia estatal, tornando-o suscetível a influências externas que podem desvirtuar suas funções principais. Esse risco de interferência compromete a capacidade do Estado de cumprir seu papel constitucional de promotor da justiça social e de atender às necessidades da população de forma equitativa.

5.8. *O Legado do Plano Diretor*

O Plano Diretor continua a ser um tema de debate relevante no contexto da administração pública brasileira. Apesar de seus avanços, a reforma expôs vulnerabilidades que afetam a governança e a atuação do Estado, levantando a necessidade de uma reavaliação constante das políticas públicas para garantir que o bem-estar coletivo seja priorizado.

6. **Desafio dessa do caráter híbrido das relações público/privado nos dias de hoje.**

6.1. *Contexto atual*

O Brasil atravessa um período em que as fronteiras entre os setores público e privado se tornam cada vez mais fluidas, um termo que indica a dissolução das barreiras tradicionais que os distinguem. Essa característica reflete a crescente interdependência entre os dois setores, onde as funções, responsabilidades e interesses muitas vezes se sobrepõem. O avanço da globalização, a privatização de empresas estatais e a

intensificação das parcerias público-privadas (PPPs) são exemplos claros dessa transformação. Essa nova dinâmica não apenas altera a gestão econômica, mas também redefine a execução de políticas públicas, levantando questões importantes sobre transparência, responsabilidade e o impacto social e ambientais dessas interações.

6.2. Mecanismos de Híbridez

A híbridez nas relações público-privadas se manifesta em diversas formas, como privatizações, PPPs, terceirização e a criação de organizações sociais e entidades paraestatais. Esses mecanismos são apresentados como soluções para melhorar a eficiência da gestão pública e atender às crescentes demandas sociais em um cenário de escassez de recursos.

- **Privatizações:** Ao transferir a gestão de serviços essenciais para o setor privado, o objetivo é aumentar a eficiência e reduzir custos. Contudo, há preocupações quanto ao acesso equitativo, já que a lógica do lucro pode priorizar a população de maior poder aquisitivo.
- **Parcerias Público-Privadas (PPPs):** As PPPs unem esforços de ambos os setores em grandes projetos, equilibrando interesses financeiros e sociais. No entanto, a falta de clareza nas responsabilidades pode comprometer os resultados sociais, especialmente quando os interesses privados prevalecem sobre os públicos.
- **Terceirização:** A prática de delegar serviços a empresas privadas permite a especialização, mas pode fragmentar responsabilidades e reduzir o controle governamental sobre a qualidade e equidade dos serviços.
- **Organizações Sociais:** Atuando em áreas como saúde, educação e assistência social, essas entidades complementam o papel do Estado, mas sua dependência de recursos públicos exige atenção à transparência e à prestação de contas.
- **Entidades Paraestatais:** Agências reguladoras e autarquias, criadas para garantir a prestação de serviços de interesse público com autonomia, também enfrentam o risco de diluição da responsabilidade governamental.

6.3. Riscos e Reflexões

O avanço da hibridez nas relações público-privadas levanta preocupações sobre o equilíbrio entre interesses públicos e privados, o acesso igualitário a serviços e a responsabilidade das ações estatais. O risco de captura do Estado por grupos econômicos, um fenômeno com raízes históricas no Brasil, persiste. Em momentos críticos, como durante a República Velha e a ditadura militar, a colaboração entre governo e grandes empresas favoreceu interesses privados em detrimento do bem comum⁴.

6.4. Impactos na Equidade

A intensificação das parcerias público-privadas pode comprometer o acesso universal a serviços essenciais. Quando o Estado colabora com entidades privadas, há o risco de que a lógica de mercado prevaleça, priorizando lucro e eficiência em vez de equidade. Esse cenário é especialmente preocupante em áreas como saúde, educação e assistência social, onde as populações mais vulneráveis frequentemente enfrentam barreiras de acesso.

A hibridez pode criar desigualdades no acesso aos serviços, resultando em benefícios para alguns segmentos da população enquanto outros são marginalizados. As barreiras financeiras, a falta de infraestrutura e a desconsideração das necessidades específicas de grupos vulneráveis perpetuam ciclos de exclusão social. Assim, embora a modernização e a eficiência sejam importantes, é crucial garantir que as parcerias sejam

⁴ A "teoria da captura" (ou *capture theory*) refere-se à hipótese segundo a qual órgãos reguladores ou instituições públicas, criados para servir ao interesse coletivo, acabam sendo dominados por interesses privados que deveriam regular ou fiscalizar. No campo do Direito Econômico, essa teoria tem sido amplamente debatida a partir dos trabalhos do economista George Stigler, prêmio Nobel de Economia, que formulou a ideia no contexto da escola de Chicago. No Brasil, a doutrina tem sido incorporada à análise crítica das agências reguladoras e parcerias público-privadas, especialmente em contextos de corrupção sistêmica. Autores como **Eros Grau**, **Vinicius Marques de Carvalho** e **Diogo R. Coutinho** discutem os riscos da captura institucional no processo regulatório. Na jurisprudência, o Supremo Tribunal Federal já fez referência indireta ao problema em julgados sobre agências reguladoras e controle externo, como na ADI 1.923/DF, ao debater a independência e a accountability das agências frente a interesses privados. A teoria tem ganhado força também nos estudos sobre "clientelismo institucional" e "regulação assimétrica", onde o Estado se torna funcional ao mercado, em detrimento do interesse público

orientadas por um compromisso real com a justiça social e a equidade no acesso aos serviços públicos.

7. Perspectivas Futuras

A tendência é que o caráter híbrido das entidades públicas e privadas continue a se expandir, especialmente em áreas como inovação tecnológica, energia sustentável e infraestrutura. O desafio para o futuro será encontrar um equilíbrio entre a eficiência proporcionada pelo setor privado e a necessidade de garantir que os interesses públicos sejam devidamente protegidos e priorizados.

O Brasil terá que investir em mecanismos de regulação e controle mais eficazes para evitar que a hibridização do setor público e privado beneficie apenas uma pequena parcela da população e continue perpetuando desigualdades estruturais. As reformas institucionais devem focar em criar uma governança que combine eficiência com justiça social, evitando a captura de políticas públicas por interesses privados.

Em conclusão, a história das entidades públicas e privadas no Brasil reflete uma evolução constante de relações interdependentes, com momentos de maior e menor separação. O caráter híbrido dessas instituições na atualidade, embora traga benefícios em termos de eficiência e inovação, deve ser cuidadosamente gerido para assegurar que continue servindo aos interesses da coletividade e não apenas aos de grupos específicos.

REFERÊNCIAS

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**. 48. ed. São Paulo: Global, 2004.

SCHWARCZ, Lília; STARLING, Heloísa. **Brasil: uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

NOHARA, Irene Patrícia. **Administração pública dialógica: fundamentos de um novo paradigma**. São Paulo: Malheiros, 2013

BARRETO, Tobias. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1926

- ASSIS, Machado de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Ática, 1994.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Nova Ciência das Organizações: uma Reconceituação da Riqueza das Nações**.
- FERNANDES, Rubem César. **Privado porém Público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 2007
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do Patronato Político Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Globo, 2001.
- SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.
- Rio de Janeiro: FGV, 1981.
- ZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. São Paulo: Ática, 1997.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2018.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2008.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48. ed. São Paulo: Global, 2006.
- GONZALEZ, Lélia. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

Fluxo editorial/Editorial flow

Recebido em 26.11.2024
Aprovado em 01.04.2025
Publicado em 18.06.2025



Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília
Research Organization Registry
<https://ror.org/05togvw18>

A **Revista de Direito – Trabalho, Sociedade e Cidadania / Law Review - Labor, Society and Citizenship** (e-ISSN 2448-2358) adota "Publicação em Fluxo Contínuo"/"Ahead of Print" e Acesso Aberto (OA) vinculada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Direitos Sociais e Processos Reivindicatórios (PPG-MPDS) do Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB) e utiliza o verificador de plágio *Similarity Check/Crossref* e visa atender às exigências das boas práticas editoriais da Iniciativa de Acesso Aberto de Budapeste (BOAI), do Comitê de Ética em Publicações (COPE), do Diretório de Periódicos de Acesso Aberto (DOAJ) e da Associação de Publicações Acadêmicas de Acesso Aberto (OASPA).

A revista possui QUALIS/CAPES B3 (2017-2020) nas áreas de Direito, Filosofia e Interdisciplinar e seus editores-chefes são filiados à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC).

Está presente e conservada na Rede LOCKSS Cariniana / LOCKSS Program at Stanford Libraries e nos demais indexadores/diretórios: ABEC / CAPES Qualis / Cariniana / Crossref / CrossrefDOI / Crossref Similarity Check / Diadorim / ERIHPLUS / Google Scholar / Latindex / LatinREV / LivRe / Miguilim / Oasisbr / OpenAlex / ROAD / RVBI

Editores-Chefes

Profa. Dra. Any Ávila Assunção  [ORCID](#) Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília/IESB, Brasília/Distrito Federal, Brasil.

Prof. Dr. Miguel Ivân Mendonça Carneiro  [ORCID](#).
Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília/IESB, Brasília/Distrito Federal, Brasil.

Editor Associado Nacional

Prof. Dr. Phillipe Cupertino Salloum e Silva  [ORCID](#) Universidade Federal de Jataí, Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Direito/PPGD-UFJ, Jataí/Goiás, Brasil.

Conselho Editorial

Profa. Dra. Ada Ávila Assunção  [ORCID](#). Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, Belo Horizonte/Minas Gerais, Brasil.

Prof. Dr. Alexandre de Souza Agra Belmonte  [ORCID](#). Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília/IESB. Tribunal Superior do Trabalho/ TST, Brasília/Distrito Federal, Brasil.

Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza  [ORCID](#). Universidade do Estado do Amazonas/UEA, Manaus/Amazonas, Brasil.

Prof. Dr. Alex Sandro Calheiros de Moura  [ORCID](#). Universidade de Brasília/UnB, Brasília, Brasil.

Prof. Dr. Alysson Leandro Barbate Mascaro  [ORCID](#). Universidade de São Paulo/USP, São Paulo/São Paulo, Brasil.

Prof. Dr. Antônio Escrivão Filho  [ORCID](#). Universidade de Brasília/UnB, Brasília/Distrito Federal, Brasil.

Prof. Dr. Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy  [ORCID](#). Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília/IESB, Brasília/Distrito Federal, Brasil.

Prof. Dr. Augusto César Leite de Carvalho  ORCID. Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília/Tribunal Superior do Trabalho/TST, Brasília/Distrito Federal, Brasil.

Prof. Dr. Diogo Palau Flores dos Santos  ORCID. Escola da Advocacia Geral da União/AGU, Brasília/Distrito Federal, Brasil.

Prof. Dr. Douglas Alencar Rodrigues  ORCID. Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília/Tribunal Superior do Trabalho/TST, Brasília/Distrito Federal, Brasil.

Prof. Dr. Márcio Evangelista Ferreira da Silva  ORCID. Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília/IESB, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios/JDFT, Brasília/Distrito Federal, Brasil.

Prof. Dr. Paulo José Leite de Farias  ORCID. Escola Superior do Ministério Público da União, Brasília/Distrito Federal, Brasil.

Prof. Dr. Ulisses Borges de Resende  ORCID. Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília, Brasília/Distrito Federal, Brasil.

Prof. Dr. Newton de Oliveira Lima  ORCID. Universidade Federal da Paraíba/UFPB, João Pessoa/Paraíba, Brasil.

Prof. Dr. Rodolfo Mário Veiga Pamplona Filho  ORCID. Universidade Federal da Bahia/UFBA, Salvador/Bahia, Brasil.

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernando dos Passos ORCID. Universidade Estadual Paulista/UNESP, Marília/São Paulo, Brasil.

Prof. Dr. Siddharta Legale  ORCID. Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Rio de Janeiro/Rio de Janeiro, Brasil.

Prof. Dr. Sílvio Rosa Filho  ORCID. Universidade Federal de São Paulo/UNIFESP, Guarulhos/São Paulo, Brasil.

Prof. Dr. Tiago Resende Botelho  ORCID. Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD, Dourados/Mato Grosso do Sul, Brasil.

Profa. Dra. Yara Maria Pereira Gurgel  ORCID. Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN, Natal/Rio Grande do Norte, Brasil.

Conselho Consultivo Internacional

Fabio Petrucci  , Università degli Studi di Roma *La Sapienza*.

Federico Losurdo  ORCID, L'Università degli Studi di Urbino Carlo Bo Giorgio Sandulli, Università degli Studi di Roma *La Sapienza*.

Guilherme Dray ORCID, Universidade Nacional de Lisboa.

Joaquín Perez Rey ORCID, Universidad de Castilla la Mancha.

Corpo de Pareceristas (2024-atual)

Prof. Dr. Antônio Escrivão Filho  ORCID. Universidade de Brasília/UnB, Brasília/Distrito Federal, Brasil.

Prof. Dr. Cássius Guimarães Chai  ORCID. Escola Superior do Ministério Público do Maranhão - ESMPMA, São Luís/Maranhão, Brasil.

Prof. Dr. Eduardo Xavier Lemos  ORCID. Universidade de Brasília - UnB, Brasília/Distrito Federal, Brasil.

Prof. Dr. Fernando Nascimento dos Santos  ORCID. Universidade de Brasília - UnB, Brasília/Distrito Federal, Brasil.

Prof. Dr. Guilherme Camargo Massau  ORCID. Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, Pelotas/Rio Grande do Sul, Brasil.

Dr. Guilherme Machado Siqueira  ORCID. GCrim/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/Rio de Janeiro, Brasil.

Prof. Dr. Lucas Barreto Dias  ORCID. Universidade Estadual do Ceará/UEC, Ceará/Fortaleza, Brasil.

Profa. Dra. Núbia Regina Moreira  ORCID. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, Jequié/Bahia, Brasil.

Prof. Dr. Wagner Teles de Oliveira  ORCID, Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, Brasil.

Apoio Técnico

Setor de TI do Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília

Revista de Direito - Trabalho, Sociedade e Cidadania

Law Review - Labor, Society and Citizenship

Centro Universitário Instituto de Educação Superior de Brasília

Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Direitos Sociais e Processos Reivindicatórios

Setor de Grandes Áreas Sul, Quadra 613/614, Via L2 - Asa Sul
70830-404 Brasília - Distrito Federal, Brasil.

 [Research Organization Registry](#)

E-mail: revistadireito@iesb.br

e-ISSN: 2448-2358

 [@revdireito](#)

Qualis CAPES B3

A Revista de Direito - Trabalho, Sociedade e Cidadania é licenciada sob uma [Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International Public License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/) (CC BY-NC-ND 4.0). Está presente e preservada nos seguintes indexadores/diretórios:

Nacionais



Internacionais



